

UBIRATÃ

PREFEITURA



PROCESSO LICITATÓRIO

Número

5650/2022

MODALIDADE

INEXIGIBILIDADE 24/2022

FINALIDADE

CURSO PLANO DIRETOR

PROponentes

PRAZOS E PUBLICAÇÕES

DE 13/5 A ÀS HORAS LOCAL

HOMOLOGADO OPR

VENCIMENTO DIOE

OBSERVAÇÃO

UBIRATÃ, / DE

1. REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 169/2022

2. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR O CURSO COM TEMÁTICA PLANO DIRETOR - ONLINE 100% AO VIVO

3. VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO

R\$-3.380,00

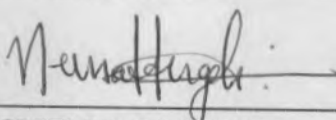
4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
1101	8607	339039480000	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO		3.380,00

5. CONTRATADO (A)

Razão Social: INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL
CNPJ Nº: 36.665.632 / 0001-11
Endereço: RUA LOURENÇO PINTO CURITIBA/PR

Ubiratã – Paraná, 12 de abril de 2022


SECRETARIA DE OBRAS

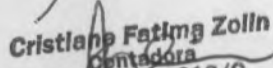
Pref. Mun. de Ubiratã
Auditoria Interna
Controle Interno

6. DESPACHO DA SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Recebimento: 12/4/2022

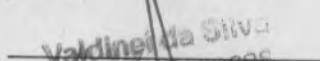
Conforme dotação orçamentária indicada, informamos:

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SIM	NÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>


Cristiane Fatima Zolin
Contadora
CRC/PR 073218/O

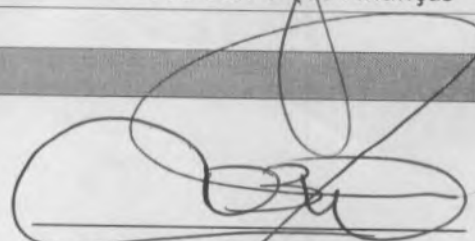
RECURSO FINANCEIRO	
SIM	NÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

De acordo com a
programação financeira


Valdinete da Silva
Secretária das Finanças

7. DESPACHO DA AUTORIDADE SUPERIOR

De acordo.


Fábio de Oliveira Dalécio

8. DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Data de recebimento: 20/04/2022

Hora: 08:00

ANEXO I
COMPLEMENTO À REQUISIÇÃO Nº 169/2022

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR O CURSO COM TEMÁTICA PLANO DIRETOR - ONLINE 100% AO VIVO .

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando que para a capacitação profissional de servidores, visto a necessidade em manter a secretaria atualizada sobre instruções normativas sobre o desenvolvimento de Planos Diretores, desta forma, a contratação solicitada tem a finalidade de manter o bom funcionamento da secretaria a demanda de trabalhos para evitar problemas futuros.

3. VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor estimado para a contratação e de R\$ 3.380,00.

4. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1. A execução do objeto será custeada pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

Pref. Mun. de Ubiratã
Auditoria
Controle Interno

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
1101	8607	339039480000	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO		3.380,00

5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. O prazo de vigência do contrato será de: 90 dias

6. INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS:

6.2. Gestor do Contrato: Neusa A. de Angeli Dalvi.

6.3. Fiscal do Contrato: Larissa Barreto Goginotti.

6.4. Fiscal do Contrato Substituto: Vitor Hugo Tibúrcio de Almeida.

7. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Código LC	Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
41954	1	1	CURSO DE PLANO DIRETOR - ONLINE 100% AO VIVO	2	UN.	1.690,00	3.380,00

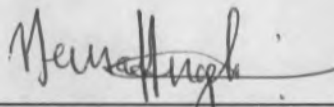
8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1. O objeto será executado mediante agendamento, Online 100% ao vivo

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1.O pagamento será efetuado: Após execução do serviço e conferência da documentação fiscal.

Ubiratã, 12 de Abril de 2022.



SECRETARIA DE OBRAS

Neusa A. de Angell Dalvi
Secretária de Obras

Pref. Mun. de Ubiratã
Auditado!!
Controle Interno

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... =	1019	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao..... =	11	SECRETARIA DE OBRAS	
Unidade Orcamentaria.. =	11.01	Divisao de Engenharia	
Funcional..... =	154520011	Urbanismo	
Projeto/Atividade..... =	2084000	Manutencao dos servicos de engenharia	
Natureza da Despesa... =	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Fonte de Recursos..... =	0	Recursos livres	

Saldos de 01/04/2022 ate 12/04/2022

Dotacao Inicial..... =	10.000,00
Credito Suplementar..... =	17.600,00
Reducao Orcamentaria.... =	0,00
Empenhado no Periodo.... =	3.542,12
Liquidado no Periodo.... =	2.772,12
Anulado no Periodo..... =	0,01
Pago no Periodo..... =	5.362,30
Empenhado ate o Periodo. =	13.735,71
Liquidado ate o Periodo. =	10.355,71
Pago ate o Periodo..... =	7.595,25
A Pagar Processado..... =	2.760,46
A Pagar nao Processado.. =	3.380,00
Total a Pagar..... =	6.140,46
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponivel..... =	13.864,29

Pref. Mun. de Ubirata
Auditado!!
Controle Interno

FONTE: GOVBR - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 12/Abr/2022, 11h e 12m.

PROPOSTA COMERCIAL

Curitiba, 16 de Março de 2022

Proposta nº 9.650/2022

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÁ
A/C: VITOR HUGO TIBÚRCIO DE ALMEIDA

Encaminhamos abaixo proposta referente ao "**CURSO PLANO DIRETOR**", no Formato: On-line AO VIVO em Sala Virtual.

1. INVESTIMENTO PARA CONTRATAÇÃO:

Inscrições	Valor por Inscrição	Total do Investimento
2	1.690,00	3.380,00

2. A INSCRIÇÃO CONTEMPLA

- . Acesso a plataforma virtual aonde será realizado o curso
- . Material de apoio (referente a matéria aplicada no curso)
- . E-book Habitação de Interesse Social . Legislação / Ed. Habita 2018
- . Certificado Digital de participação com carga horária de 12 horas

Prof. Mun. de Ubatã
Auditoria
Controle Interno

3. CARGA HORÁRIA 12 Horas de Capacitação.

4. LOCAL E DATA

Local: Sala Virtual com acesso através de endereço eletrônico

Data:

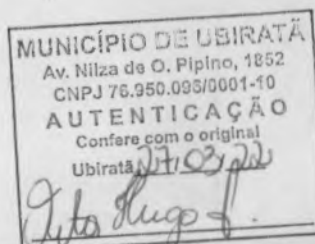
5. INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:

O pagamento deve ser realizado em parcela única.

Emitir em nome de **Instituto Habita Do Brasil Treinamento Empresarial Ltda**, inscrito no CNPJ 36.665.632/0001-11, IE - Isenta, estabelecido na Rua Lourenco Pinto 196, 3º andar, Centro, Curitiba - PR, 80010-160, o pagamento deve ser feito em nome de **INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA**

BANCO DO BRASIL Agência.1622-5
Cc: 65000-5

6. VALIDADE DA PROPOSTA: 24/03/2022



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA****SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e**

RPS nº. 304, Série: NFSE, emitido em 18/01/2022, conversão em 18/01/2022

Número da Nota

304

Data e Hora de Emissão

18/01/2022 11:08:32

Código de Verificação

R0FBI70D

PRESTADOR DE SERVIÇOS**Razão Social:** INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA**CPF / CNPJ:** 36.665.632/0001-11**Inscrição Municipal:** 08 02 0869920-5**Endereço:** LOURENÇO PINTO, 000196 CJ 301 - BAIRRO: CENTRO - **Tel.:** 41 - 30773334

CEP: 80010160

Município: CURITIBA**UF:** PR**Email:** wagner@hribeiroconsultores.com.br**TOMADOR DE SERVIÇOS****Nome/Razão Social:** MUNICIPIO DE VALPARAISO**CPF / CNPJ:** 72.836.588/0001-29 **IMU:****Outro Doc.:****Endereço:** R COMENDADOR G LUNARDELLI, 147 - BAIRRO: CENTRO - CEP: 16880000**Município:** Valparaíso**UF:** SP**Email:** pmobras@hotmail.com**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

CURSO ONLINE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 20 E 21 DE JANEIRO DE 2022.
PARTICIPANTE: POLIANA MONTORO RIVELINI
DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AG 1622-5 C/C 65000-5
CONFORME LEI N 12.741/2012 OS TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS SÃO DE APROX 9,45%.
PARA EFEITO DE JUSTIFICATIVA INFORMAMOS QUE O ISS DEVIDO PELO SERVIÇO PRESTADO, É RECOLHIDO NO MES
SUBSEQUENTE À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, EM NOSSA PREFEITURA LOCAL - SEDE DE NOSSA EMPRESA.

Valor Líquido R\$ 1.586,06

Valor Líquido da Nota Fiscal = R\$ 1.586,06

IR - R\$ 25,35 / COFINS - R\$ 50,70 / CSLL - R\$ 16,90 / PIS - R\$ 10,99

VALOR TOTAL DA NOTA - R\$ 1.690,00

Código da Atividade

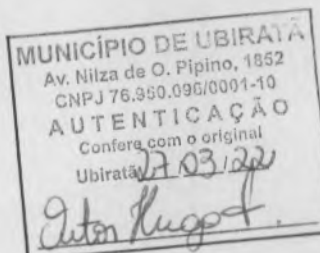
P.85.9.9-6/04-00 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	1.690,00	5,00	84,50	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009.

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br

Pref. Mun. de Ubatã
Auditado!!
Controle Interno



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

RPS nº. 311, Série: NFSE, emitido em 01/02/2022, conversão em 01/02/2022

Número da Nota

311

Data e Hora de Emissão

01/02/2022 16:37:12

Código de Verificação

84LE010G

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA
CPF / CNPJ: 36.665.632/0001-11 **Inscrição Municipal:** 08 02 0869920-5
Endereço: LOURENÇO PINTO, 000196 CJ 301 - BAIRRO: CENTRO - **Tel.:** 41 - 30773334
CEP: 80010160
Município: CURITIBA **UF:** PR **Email:** wagner@hribeiroconsultores.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE
CPF / CNPJ: 07.040.108/0001-57 **IMU:** **Outro Doc.:**
Endereço: R LAURO VIEIRA CHAVES, 1030 - BAIRRO: AEROPORTO - CEP: 60422700
Município: Fortaleza **UF:** CE **Email:** cristina.bandeira@cagece.com.br

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

CURSO ONLINE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 20 E 21 DE JANEIRO DE 2022.
PARTICIPANTE: GRASIELLE CRISTINA CHAVES BANDEIRA
DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AG 1622-5 C/C 65000-5
CONFORME LEI N 12.741/2012 OS TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS SÃO DE APROX 9,45%
PARA EFEITO DE JUSTIFICATIVA INFORMAMOS QUE O ISS DEVIDO PELO SERVIÇO PRESTADO, É RECOLHIDO NO MES
SUBSEQUENTE À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. EM NOSSA PREFEITURA LOCAL-SEDE DE NOSSA EMPRESA.

Valor Líquido R\$ 1.586,06

Valor Líquido da Nota Fiscal = R\$ 1.586,06

IR - R\$ 25,35 / COFINS - R\$ 50,70 / CSLL - R\$ 16,90 / PIS - R\$ 10,99

VALOR TOTAL DA NOTA - R\$ 1.690,00

Código da Atividade

P.85.9.9-6/04-00 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

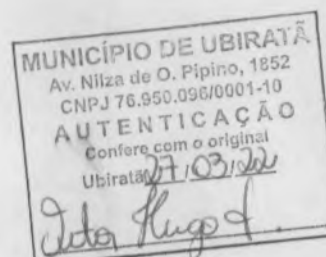
Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	1.690,00	5,00	84,50	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009.

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br

Pref. Mun. de Ubatã
Auditado!!
Controle Interno





FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA A CONTRATAÇÃO DO INSTITUTO HABITA

Instituto Habita do Brasil Treinamento Empresarial Ltda

CNPJ 36.665.632/0001-11

Endereço: Rua Lourenço Pinto 196 Conj. 301 3º andar, Centro, Curitiba - Paraná CEP 80010-160

Telefone 41 37781860

e-mail: contato@institutohabita.com.br

CURSO DE PLANO DIRETOR - ONLINE 100% AO VIVO

1.0 Objeto do Contrato

Curso de Regularização Fundiária Urbana Online 100% Ao Vivo

Prof. Mun. de Ubatuba
Auditorado!!
Controle Interno

2. Os instrutores

Profissionais doutores, mestres e especialistas em diversas áreas, com alto nível de conhecimento e experiência, que atuam aliando teoria e prática, sempre observando a legislação vigente e a jurisprudência dominante.

3. Instituto Habita do Brasil

O Instituto Habita é uma empresa pioneira no desenvolvimento de capacitação e ferramentas voltadas ao desenvolvimento das cidades, atuando também nos segmentos de consultoria, soluções, fóruns e congressos.

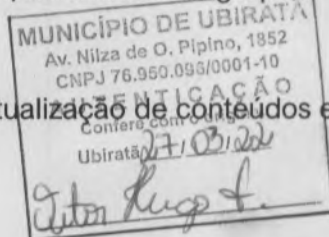
4. O Diferencial do Instituto Habita

Os programas são elaborados a partir de necessidades atuais do setor público, sempre acompanhando as inovações legislativas;

Os eventos englobam aspectos gerais e práticos, conduzindo nossos clientes ao alcance de seus objetivos;

A metodologia envolve exposição dialética, simulações, exercícios individualizados, dinâmicas em grupo e esclarecimento imediato de dúvidas práticas e teóricas;

- Manutenção de um núcleo de estudos permanente, tendo por objetivo a atualização de conteúdos e a busca por inovação programática e metodológica;





- Eventos com reconhecimento nacional, material de trabalho exclusivo, ministrados por profissionais devidamente capacitados, em diversas áreas do conhecimento;
- Distribuição diferenciada da carga horária, de maneira a facilitar a absorção do conteúdo;
- Experiência e confiabilidade de quem está há quase 5 anos no mercado.

5. Fundamentação legal para a contratação de eventos:

A contratação direta por inexigibilidade de licitação está prevista no art. 25 da Lei nº 8.666/93 e pressupõe **inviabilidade de competição**.

De acordo com o dispositivo:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial...

"Os incisos I, II e III do art. 25 trazem hipóteses de cabimento de inexigibilidade, mas não restringe esta forma de contratação direta à caracterização de uma delas.

Nesse sentido, comenta Marçal Justen Filho:

"A redação do art. 25 determina, de modo inquestionável, que as hipóteses referidas nos incisos são meramente exemplificativas. Portanto, pode haver inviabilidade de competição que não se enquadre em nenhuma das situações referidas nos três incisos do art. 25."

Assim, sempre que caracterizada a inviabilidade de competição, a licitação será afastada.

A inviabilidade de competição pode decorrer de ausência total de competidores em razão de existir apenas um particular apto a ofertar o bem pretendido pela Administração, podendo também, decorrer da impossibilidade de comparar objetivamente os diversos objetos similares encontrados no mercado, por possuírem natureza técnica e ser, diretamente, produto do desempenho do profissional especializado que o executa. Em ambas as hipóteses, a licitação não é caminho adequado para o atendimento do interesse público. Primeiro, porque havendo apenas uma proposta, não se prestará a sua finalidade principal, qual seja, eleger a melhor dentre várias (art. 2º da Lei nº 8.666/93). Segundo, porque as características peculiares do objeto impedem um julgamento objetivo, o que estaria em descompasso com a determinação do art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Convém transcrever os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello a respeito do tema:

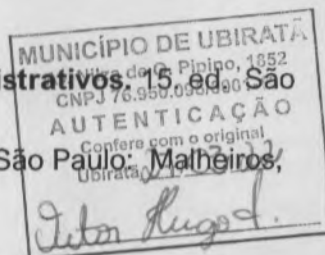
„São licitáveis unicamente objetos que possam ser fornecidos por mais de uma pessoa, uma vez que a licitação supõe disputa, concorrência, ao menos potencial, entre ofertantes (...).

Só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais.

*Cumpra que sejam confrontáveis as características do que se pretende e que quaisquer dos objetos em certame possam atender ao que a Administração almeja"*²

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012. p. 409.

² MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 14. Ed. São Paulo: Malheiros,





2003, p. 492.

5.1 O entendimento do Tribunal de Contas da União

O Tribunal de Contas da União, na Decisão nº 439/98, publicada no DOU 23/7/1998, firmou entendimento de que: "... as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, **enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93**". (Decisão 439/98).

A colenda Corte afasta, portanto, a necessidade de realizar licitação, admitindo a contratação direta por inexigibilidade fundamentada no inc. II, do art. 25, da Lei nº 8.666/93.

Pref. Mun. de Ubatã
Auditado!!
Controle Interno

5.2 A configuração da inexigibilidade de licitação no caso concreto

Acerca da inexigibilidade de licitação, assim dispõe o art. 25 da Lei nº 8.666/93. *In verbis*: " Art.25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...) II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (...)

1º. Considere-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado a plena satisfação do objeto do contrato".

Ainda: "Art.13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: (...) VI – Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal."

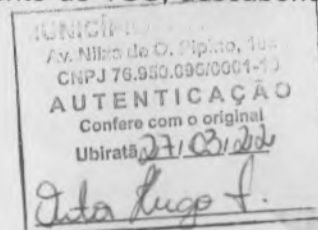
Do texto legal, extraem-se como requisitos para a configuração desta hipótese de inexigibilidade:

- O objetivo deve ser serviço técnico profissional especializado;
- O serviço deve ter natureza singular;
- O profissional ou empresa contratado deve ser notoriamente especializado.

No caso concreto, todos restam atendidos, como se pode observar:

a) O serviço é técnico profissional especializado

O art. 13, em seu inc. VI, classifica expressamente o serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal como técnico profissional especializado. No mesmo sentido, é entendimento do TCU, descabendo, assim, maiores considerações a respeito.





b) O serviço é de natureza singular

Na linha do entendimento do Tribunal de Contas da União, a singularidade também se concretiza por força da impossibilidade de estabelecer critérios objetivos de comparação técnica para objetos dessa natureza, que dependem da capacidade e do desempenho do profissional que o executará. Com efeito, conforme esclarece Antônio Carlos do Amaral:

„'A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição.

”³. Portanto, qualquer tentativa de licitar serviço este restaria frustrada, pela inviabilidade de processar o julgamento objetivo.

Prof. Mun. de Ubatuba
Auditorado
Controle Interno

c) O prestador do serviço é notoriamente especializado

O Tribunal de Contas da União, com base no relato do Ministro Adhemar Paladini Ghisi, no processo TC 010.578/95-1 (Ata nº 49/95- Plenário), entendeu:

“...para fins de caracterizar a inviabilidade de competição e consequentemente a inexigibilidade de licitação, **a notória especialização se manifesta mediante o pronunciamento do administrador sobre a adequação e suficiência da capacidade da empresa para atender ao seu caso concreto.**

³ AMARAL, Antonio Carlos. **Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Malheiros, 1995, p. 111

Logo, num determinado setor de atividade, **pode haver mais de uma empresa com ampla experiência na prestação de um serviço singular**, e pode não haver mais de uma empresa com ampla experiência na prestação de um serviço singular, e pode não obstante ocorrer que, em circunstâncias dadas, somente uma dentre elas tenha “notória especialização”: **será aquela que o gestor considerar a mais adequada para prestar os serviços previstos no caso concreto específico que pretender celebrar**. Ressalvadas sempre as hipóteses de interpretações flagrantemente abusivas, defendo assim a tese de que **se devem preservar margens flexíveis para que o gestor exerça esse poder discricionário que a lei lhe outorga**.

Na decisão nº 439/98, anteriormente citada, a mesma Corte de Contas assentou, ainda que: “...**a Lei não exige que o notório especialista seja famoso ou reconhecido pela opinião pública**. De acordo com o texto legal, o conceito do profissional, no campo de sua especialidade, decorre de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades. Citamos novamente Jorge Ulisses Jacoby Fernandes: „A Reputação da notoriedade só precisa alcançar os profissionais que se dedicam a uma atividade, sendo absolutamente dispensável, ou impertinente, a fama comum, que a imprensa não especializada incentiva” (in contratação Direta sem Licitação, pag. 316)”.
MUNICÍPIO DE UBATUBA
Av. Nílza de O. F. P. 150
CNPJ 76.950.096/0001-10
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original
Ubatuba 10/03/2014
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes



à luz dos excertos acima, pode-se afirmar que:

A notória especialização é fruto da análise discricionária do administrador público quanto à capacidade e ao desempenho do profissional/empresa para a execução do objeto;

- A notória especialização não requer fama ou reconhecimento público;
- O Tribunal de Contas deve respeitar a decisão administrativa de contratação direta que se mostra razoável, por força da discricionariedade atribuída pela Lei.

Pref. Mun. de Ubitatã
Auditorado!!
Controle Interno

Portanto, os profissionais instrutores dos cursos em questão são considerados notoriamente especializados, em face de sua **formação técnica, experiência profissional e capacidade intelectual no campo de sua especialidade**, demonstrada através da análise curricular. O **Instituto Habita**, se enquadra nesta classificação, na medida em que vem promovendo, com sucesso, há quase 05 anos, eventos na área de habitação de interesse social, desenvolvimento e planejamento das cidades, possuindo todas as condições habilitatórias necessárias à contratação com o Poder Público.

Conclusões

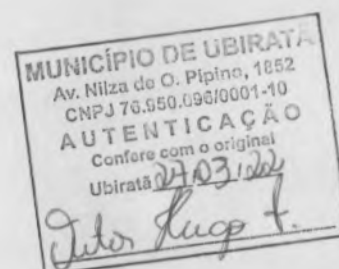
Isto posto, a contratação do **Instituto Habita do Brasil** poderá, conforme entendimento acima exemplificado, ocorrer de forma direta, por inexigibilidade de licitação fundamentada no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666/93, segundo Decisão nº 439/98 do Tribunal de Contas da União.

Considerando o conteúdo completo, a carga horária diferenciada e apropriada, bem como os professores capacitados e especialistas em suas respectivas áreas de atuação, o Instituto Habita, entendendo pela configuração de hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no artigo 25, inc. II, da Lei 8.666/93, reserva-se no direito de não participar de certames licitatórios diante da inviabilidade de competição em contratações desta natureza, por impossibilidade de comparação objetiva.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Instituto Habita do Brasil

41 3024 2848



Curitiba, 11 de março de 2022

DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Pref. Mun. de Ubatuba
Auditoria
Controle Interno

O Instituto Habita do Brasil Treinamento Empresarial Ltda, inscrito no CNPJ sob nº36.665.632/0001-11, situado a Rua Lourenço Pinto 196 Conj. 301 30 andar, Centro, na cidade de Curitiba -PR, vem através desse declarar que é detentor único e exclusivo do "Curso de Plano Diretor Online e AO VIVO", ministrado por profissional de notória especialização, Dr. Marcelo Leão; o qual possui vasta experiência no tema, tendo participado ativamente de inúmeros processos referentes ao instituto dentro de suas funções no exercício da Advocacia e Consultoria, atua também Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1995). Advogado atuante na área de direito urbanístico. Coordenador Regional Sul do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. Atua na área de direito urbanístico, assessorando municípios, movimentos sociais e profissionais do planejamento urbano nos processos de formulação, revisão, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, especialmente nas atividades relacionadas com curso de capacitação. Atua em mediações em oficinas de trabalho e audiências públicas e na análise de legislação urbanística à luz do novo marco regulatório da política urbana; palestrante do Instituto Habita, portanto o mesmo possui qualidades e especialização no assunto, sendo assim produziu o conteúdo inédito e exclusivo do "Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento urbano municipal: organizando o processo de elaboração ou revisão, Online AO VIVO" para o Instituto Habita.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,
Lourenço Andreatta
Diretor Geral
Instituto Habita do Brasil
CNPJ 36.665.632/0001-11



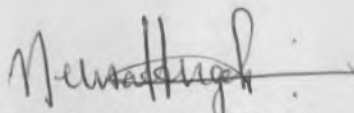
DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, **Neusa A. de Angeli Dalvi**, Secretaria de obras do Prefeito de Ubitatã/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultante da requisição nº **169/2022** de (Dispensa de Licitação /ou Inexigibilidade), tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Pref. Mun. de Ubitatã
Auditoria
Controle Interno

Ubitatã Pr. 12 de Abril de 2022



Neusa A. de Angeli Dalvi
Secretaria de Obras

JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO DIRETA, RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

CONTRATADO: O Instituto Habita do Brasil Treinamento Empresarial Ltda, inscrita no CNPJ nº 36.665.632/0001-11, com sede na Rua Lourenço Pinto, Nº 196 , Conj. 301 30 andar, Centro Município de Curitiba , Estado do Paraná, no valor de R\$-3.380,00 (Três Mil e Trezentos e oitenta).

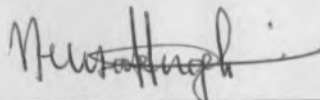
Da fundamentação Legal: A presente **inexigibilidade** encontra-se fundamentada no artigo 25, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Pref. Mun. de Ubatã
Auditado!!
Controle Interno

Razão da Escolha do Fornecedor: A escolha do fornecedor se deu em razão do mesmo ser do ramo pertinente, dentre os valores cotados de mercado, apresentou exclusividade do " Curso Plano Diretor Online e AO VIVO", cumprindo rigorosamente as cláusulas, tendo cumprido satisfatoriamente todas as exigências editalícias.

Justificativa do Preço: Visto que, fica comprovado que o valor está dentro dos valores praticados no mercado, comprovando pela planilha de composição de valores nos anexos do processo.

Ubatã-Pr, 12 de Abril de 2022.



Neusa A. de Angeli Dalvi
Secretaria de obras

Neusa A. de Angeli Dalvi
Secretária de Obras

**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 36.665.632/0001-11
Razão Social: INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA
Endereço: R LOURENCO PINTO 196 CONJ 301 / CENTRO / CURITIBA / PR / 80010-160

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/04/2022 a 09/05/2022

Certificação Número: 2022041001574330465268

Informação obtida em 25/04/2022 15:15:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Pref. Mun. de Ubiratã
Auditado!!
Controle Interno



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº 9.646.001

CNPJ: 36.665.632/0001-11

Nome: INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos - ITBI e Contribuição de Melhoria, Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021

Emitida às 11:43 do dia 25/04/2022

Código de autenticidade da certidão: CDF333E551BE450A6B761BA6DE0565BA12

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Pref. Mun. de Curitiba
Auditoria
Controle Interno

Válida até 24/07/2022 - Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000018
98

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 026607020-80

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 36.665.632/0001-11

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 23/08/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Pref. Mun. de Ubatã
Auditado!!
Controle Interno



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA
CNPJ: 36.665.632/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 06:10:50 do dia 24/01/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/07/2022.

Código de controle da certidão: 6D7B.5215.4C9A.4FCB
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Pref. Mun. de Ubatã
Auditado!!
Controle Interno



000020
298

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 36.665.632/0001-11

Certidão nº: 12789626/2022

Expedição: 25/04/2022, às 13:23:13

Validade: 22/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 36.665.632/0001-11, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Pref. Mun. de Ubatuba
Auditado!!
Controle Interno

2918
000021

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 36.065.632/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE EMISSÃO 13/03/2020
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA			
RUA (AVENIDA) E NÚMERO (ALVARO DE FARIAS) INSTITUTO HABITA DO BRASIL			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 58.11-5-00 - Edição de livros (Dispensada *) 58.12-3-01 - Edição de jornais diários 58.13-1-00 - Edição de revistas 58.21-2-00 - Edição integrada à impressão de livros 58.22-1-01 - Edição integrada à impressão de jornais diários 58.23-9-00 - Edição integrada à impressão de revistas 58.29-8-00 - Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação (Dispensada *) 62.09-5-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente			
TIPO DE ESTABELECIMENTO DA PESSOA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOCALIZADOR R LOURENÇO PINTO		CEP 196	COMPLEMENTO CONJ 361 ANDAR 03 COND CENTRO DO CONTABILIS
CNPJ 00.010-160	BAHIA/CEP CENTRO	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR
FONECELO (FONELE)		TELEFONE (41) 8663-5208	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/03/2020	
SITUAÇÃO DE INSCRIÇÃO CADASTRAL *****			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Prof. Mun. de Ubiratã
Auditorado
Controle Interno

[*] A suspensão de atividades e abertura de direito em empreendimentos que possuem uma atividade constante na Revolução CCENOM, de 17 de junho de 2014, da legislação, ocorre em decorrência do CCENOM não conter informações, não sendo a Receita Federal responsável quanto ao observador (descontar).

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Emitido no dia 25/04/2022 às 15:19:23 (data e hora de Brasília)

Página: 1/1

CONDIÇÕES DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO CONSULTAR CDA VOLTAR IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.



Habisoft

000 22

41 3024-2848

contato@habisoft.com.br



DECLARAÇÃO DA EMPRESA PARTICIPANTE DE QUE CUMPRE O DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Pref. Mun. de Ubatã
Auditado!!
Controle Interno

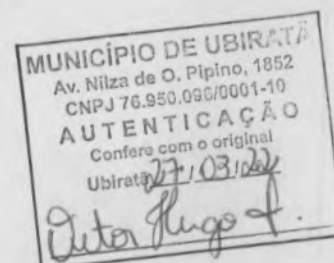
A empresa **Instituto Habita do Brasil Treinamento Empresarial Ltda**, inscrita no CNPJ 36.665.632/0001-11, Rua Lourenço Pinto, 196 – 3º andar, Centro, Curitiba, por intermédio de seu representante legal o Sr. **Laurenço Andreatta Oliveira**, portador da Carteira de Identidade n.º 4263556-1, SSP-PR, e do CPF n.º 014.710.999-03, **DECLARA** que não existe, no quadro de funcionários da empresa, menores de 18 anos em atividades insalubres, perigosas e desenvolvidas em horários noturnos, assim como menores de 16 anos, (salvo na condição de aprendizes, se maiores de 14 anos), estando de acordo com a Lei 9.854, de 27/10/99, e estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Habisoft

Curitiba, 23 de março 2022

INSTITUTO HABITA DO BRASIL
TREINAMENTO
EMPRESARIA:36665632000111
Assinado de forma digital
por INSTITUTO HABITA DO
BRASIL TREINAMENTO
EMPRESARIA:36665632000
111
Dados: 2022.03.23
09:01:08 -03'00'

Laurenço Andreatta
Presidente do Instituto Habita Do Brasil





Habisoft

000 23 *h*

41 3024-2848

contato@habisoft.com.br



DECLARAÇÃO

Pref. Mun. de Ubatã
Auditado!!
Controle Interno

A empresa **Instituto Habita do Brasil Treinamento Empresarial Ltda**, inscrita no CNPJ 36.665.632/0001-11, Rua Lourenço Pinto, 196 – 3º andar, Centro, Curitiba, por intermédio de seu representante legal o Sr. **Lourenço Andreatta Oliveira**, portador da Carteira de Identidade n.º 4263556-1, SSP-PR, e do CPF n.º 014.710.999-03, **DECLARA**, que não há parentesco com agente ou servidor público que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública contratante, bem como seus respectivos conjugues, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

Habisoft

Curitiba, 23 de março de 2022

INSTITUTO
HABITA DO
BRASIL
TREINAMENTO
EMPRESARIA:3666
5632000111

Assinado de forma
digital por INSTITUTO
HABITA DO BRASIL
TREINAMENTO
EMPRESARIA:36665632
000111
Dados: 2022.03.23
08:50:25 -03'00'

Lourenço Andreatta Oliveira

Presidente do Instituto Habita



INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA

CONTRATO SOCIAL

000 24 00

1

LOURENCO ANDREATTA OLIVEIRA brasileiro, solteiro, com data de nascimento em 26/03/1975, natural de Ponta Grossa/PR, Empresário, residente e domiciliado em Curitiba/PR, à Rua Horácio Antunes Mendes 517 – Orfas - Ponta Grossa/PR – CEP 84015-340, portador da cédula de identidade civil RG nº 4.263.556-1 SSP/PR, e inscrito no CPF nº 014.710.999-03.

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS, brasileiro, casado em Regime de Comunhão Universal de Bens, com data de nascimento em 14/07/1966, natural de Santa Maria/RS, Empresário, residente e domiciliado em Curitiba/PR, à Rua Doutor Joaquim Ignácio Silveira da Motta, nº 296, Guabirota, Curitiba/PR - CEP 81520-280, com RG nº 4.086.763-5 SSP/PR, CNH nº 00383105436 DETRAN/PR e inscrito no CPF nº 574.460.249-68.

Prof. Muin. de Ubirata
Auditorado
Controle Interno

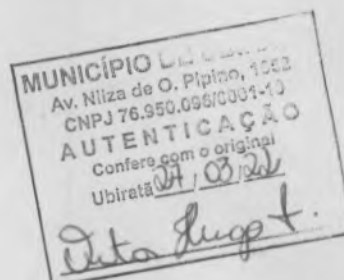
RUIIMAR BARBOZA DOS REIS, brasileiro, casado em Regime de Comunhão Universal de Bens, com data de nascimento em 17/01/1970, Empresário, residente e domiciliado em Curitiba/PR, Alameda Julia da Costa 1417 – 5º Andar – Bigorriho – Curitiba/PR à, com RG nº 4.418.244-0 SESP/PR, e inscrito no CPF nº 815.706.009-53

RESOLVEM, por este instrumento particular de contrato e na melhor forma de direito, constituir uma **sociedade empresária limitada** que se regerá pelos artigos 1.052 a 1.087 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO: A sociedade girará sob o nome empresarial de **INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA** e terá sede e foro a Rua Lourenço Pinto 196 – Conjunto 301 – Andar 03 – Condomínio Edifício Centro do Contabilista – Curitiba/PR – CEP 80010-160.

CLÁUSULA SEGUNDA - FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO SOCIAL: A sociedade terá por objeto a exploração do ramo de: **TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS, DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR**



INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA

CONTRATO SOCIAL

000 250

2

CLÁUSULA QUARTA - INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE: A sociedade iniciará suas atividades em 02/03/2020, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL: O capital social será de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), dividido em 50.000 quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real), cada uma, subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País, pelo sócio e distribuídas da seguinte forma:

SÓCIO	(%)	QUOTAS	VALOR
LOURENCO ANDREATTA OLIVEIRA	50.00	25.000	25.000,00
RUDIMAR BARBOSA DOS REIS	25.00	12.500	12.500,00
RUIMAR BARBOZA DOS REIS	25.00	12.500	12.500,00
TOTAL	100.00	50.000	50.000,00

Pref. Mun. de Ubatã
Auditoria
Controle Interno

Parágrafo primeiro. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas representativas do capital social, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo segundo. As quotas são indivisíveis, reconhecendo a sociedade um só possuidor para cada uma delas.

CLÁUSULA SEXTA. A administração da Sociedade caberá aos sócios LOURENCO ANDREATTA OLIVEIRA, RUIMAR BARBOZA DOS REIS, RUDIMAR BARBOSA DOS REIS, usando o nome empresarial em conjunto, com assinatura e concordância de nomino 2 (dois) sócios.

CLÁUSULA SETIMA. Ficam os administradores vedados a usarem a denominação social em negócios estranhos aos interesses ou objetivos sociais, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios.

CLÁUSULA OITAVA. Os atos de quaisquer sócios, administradores, empregados ou procuradores da sociedade, referentes a obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros são expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes à sociedade.

CLÁUSULA NONA. Os sócios que prestarem serviços à sociedade poderão efetuar retiradas mensais a título de **pró-labore**, que serão levadas à conta de resultado e cujos



INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA

CONTRATO SOCIAL

000 26 3

níveis serão fixados de comum acordo, anualmente, por consenso unânime na reunião dos sócios.

CLÁUSULA DECIMA. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou agravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, sem o prévio consentimento dos demais sócios, fiando assegurada a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições e na proporção das quotas que possuírem, observado o quanto segue:

I – Os sócios deverão ser comunicados, por escrito, para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 30 (trinta) dias;

II – Findo o prazo para o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou, havendo sobras, poderão as quotas ser cedidas ou alienadas a terceiro;

III – A notificação deverá conter a quantidade de quotas e o preço por elas exigido.

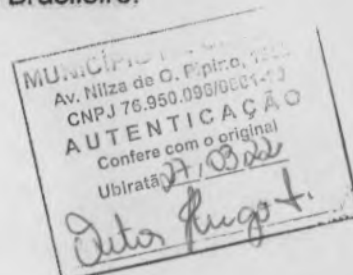
Parágrafo único. As quotas são livremente transferíveis entre os sócios com consentimento prévio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Na hipótese de todos os sócios manifestarem o direito de preferente, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que possuírem. Se apenas parte dos sócios exercem esse direito, os demais poderão, no prazo adicional de dez dias, adquirir, mediante rateio, as quotas disponíveis.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA. A sociedade poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial de quotas, se os sócios não exercerem, no prazo de 24 horas, preferencialmente aos terceiros, estranhos à Sociedade, observando que esta aquisição se faça com prejuízo do capital social ou das reservas de capital. Devendo utilizar os recursos de reservas de lucros. Estas quotas permanecerão em tesouraria pelo prazo máximo de 180 dias e se não forem alienadas neste prazo, a Sociedade deverá promover, a redução do capital social no montante equivalente ao valor nominal das quotas, revertendo o seu valor para a conta de lucros que originalmente disponibilizou os recursos para as quotas em tesouraria.

Parágrafo único. Esta opção é condicionada à existência de disponibilidade suficiente para satisfazer o direito do sócio que se desliga, sem afetar a integridade do capital social e reservas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Anualmente em 31 de Dezembro será levantado um balanço do ativo e passivo da Sociedade e os resultados apurados, lucros e prejuízos, serão distribuídos aos sócios proporcionalmente, em conformidade com as disposições legais pertinentes e nos termos do artigo 1.065 do Código Civil Brasileiro.



CONTRATO SOCIAL

000 27 ⁴

4

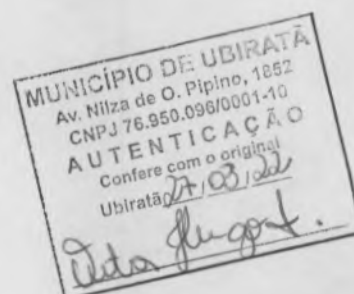
Parágrafo primeiro. A sociedade poderá, por deliberação da maioria simples do capital social, levantar balanços intermediários para qualquer fim, inclusive distribuição de lucros existentes em qualquer época do ano.

Parágrafo segundo. Os sócios por maioria simples do capital social, poderão decidir pela retenção dos lucros, se a sua distribuição afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Os sócios serão obrigados a reposição dos lucros e das quantidades retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo de capital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Todas as deliberações sociais serão definidas em reunião de sócios, no entanto, para as matérias abaixo arroladas, dependerão de quórum qualificado para aprovação pelos sócios quotistas.

1. **As deliberações para os seguintes assuntos requererão a maioria simples do capital, ou seja, um quórum de cinquenta por cento mais um do capital social:**
 - a) A designação dos administradores em ato separado, sócio ou não;
 - b) A destituição dos administradores;
 - c) O modo e o valor da remuneração dos administradores;
 - d) Pedido de Concordata ou Falência;
 - e) Exclusão de sócios nos termos do art. 1.085 do Código Civil.
2. **As deliberações para os seguintes assuntos requererão quórum de 75% (setenta e cinco por cento):**
 - a) A modificação do contrato social;
 - b) A transformação da sociedade, ou fusão, cisão ou incorporação;
 - c) Resolução, dissolução e cessação do estado de liquidação;
 - d) Aumento ou redução de capital com bens ou moeda corrente.
3. **Requererão quórum de 2/3 (dois terços) das deliberações sobre os seguintes assuntos:**
 - a) A aprovação das contas da Administração;
 - b) Destituição de sócio nomeado administrador;
 - c) Designação de pessoa não sócia na Sociedade no caso do capital inteiramente integralizado;
 - d) A participação nos lucros dos administradores e dos empregados;
 - e) O ingresso na sociedade dos herdeiros do sócio falecido, por requerimento do inventariante, em substituição ao pagamento dos haveres do "de cujus";
 - f) A nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas;
 - g) Investimento em outras empresas, coligadas ou controladas;
 - h) Aprovação de laudo de reavaliação a valor venal de bens ou direitos do ativo imobilizados ou intangível.



INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA

CONTRATO SOCIAL

000 28

5

4. Requererão quórum de 100% (cm por cento) das deliberações sobre os seguintes assuntos;

a) Designação de pessoa não sócia na Sociedade, enquanto o capital não estiver totalmente integralizado;

b) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis ou constituição de ônus reais e a prestação de garantias de quaisquer naturezas a obrigações de terceiros

Parágrafo primeiro. A reunião dos sócios será realizada a qualquer época, mediante convocação dos administradores ou sócios, indicando a matéria a ser deliberada. Dessas reuniões deverão ser elaboradas as correspondentes atas, as quais serão lavradas no Livro de Atas da Administração.

Parágrafo segundo. Dispensam-se as formalidades descritas no parágrafo anterior quanto todos os sócios comparecerem ou decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto da reunião.

Parágrafo terceiro. Dispensam-se as formalidades de convocação, previstas no §3º do art. 1.1152 do Código Civil de 2.002, quando sócios representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital votante comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, hora e ordem do dia.

Parágrafo quarto. As deliberações da reunião vincularão todos os sócios ainda que ausentes ou dissidentes e, exceto aquelas previstas em Lei, serão tomadas por maioria absoluta, não sendo considerados os votos em branco.

CLAUSULA DECIMA SEXTA, As demais deliberações não citadas aqui podem ser decididas por maioria absoluta de votos, com base na quantidade de quotas de cada sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA. Qualquer sócio pode retirar-se da Sociedade, mediante notificação aos demais, a qualquer tempo, por vontade própria, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, pela falta de afeição social, conforme Art. 1.029, DA Lei 10.406/02, e por outras razões de foro íntimo, recebendo seu capital, lucro e haveres, segundo dados em balanço patrimonial especial levantando no mês do evento, pagáveis na forma do disposto neste contrato.



INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA

CONTRATO SOCIAL

000 298
6

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA. O sócio que, por divergir de alteração contratual deliberada pela maioria, desejar retirar-se da Sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência do prazo mínimo de 30 (trinta) dias, a contar da deliberação que discordou. Findo o prazo da notificação o silêncio será tido como desinteresse.

Parágrafo primeiro. Se os demais sócios adquirirem as quotas do sócio retirante, os haveres deste serão pagos, após o levantamento do balanço patrimonial especial levantado no mês do evento, pagáveis na forma do disposto neste contrato.

Parágrafo segundo. As quotas são livremente transferíveis entre os sócios, com o consentimento prévio.

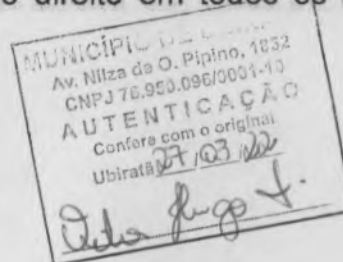
CLAUSULA DÉCIMA NONA. A sociedade entrará em liquidação, caso ocorra qualquer das hipóteses previstas em Lei, ou por decisão de maioria simples do capital social.

Parágrafo primeiro. O falecimento, exclusão por qualquer motivo ou interdição de qualquer sócio **não dissolve** a Sociedade. Sendo impossível ou inexistindo interesse dos herdeiros ou dos sócios remanescentes na comunicação da Sociedade, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da mesma, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo segundo. Terminada a apuração dos haveres, estes serão pagos ao sócio retirante ou aos herdeiros do sócio falecido, sucessores ou representantes legais, em 24 parcelas mensais e sucessivas, com juros de 12% ao ano. Os herdeiros do sócio falecido não serão admitidos à Sociedade, salvo decisão unanime em contrário dos sócios supérstites.

Parágrafo quarto. No relacionamento com a Sociedade, no caso de morte do sócio, os herdeiros serão representados pelo inventariante.

CLAUSULA VIGESSIMA. Ocorrendo a dissolução, liquidação, extinção, falência, concordata ou insolvência de sócia pessoa física, os seus sucessores poderão substituí-lo na Sociedade, desde que comuniquem à Sociedade a sua intenção de nela continuar, por escrito, contra recibo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do evento, ficando assim sub-rogados de pleno direito em todos os seus direitos e deveres.



Pres. Mun. de Ubatuba
Auditoria
Controle Interno

INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA

CONTRATO SOCIAL

000 30 00

7

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. Será excluída da Sociedade de pleno direito, a Sociedade empresária que for deflagrada falida, ou ainda qualquer sócio por incapacidade superveniente à assinatura do presente instrumento, observado o **art. 1030 da Lei nº 10.406/2.002.**

CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. Poderá ser excluído da Sociedade por justa causa o sócio que coloque em risco a continuidade da Sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, pelos sócios que representam mais da metade do capital social nos termos art. 1.085 do Código Civil. Os haveres dos sócios excluídos serão liquidados com base em um balanço patrimonial especial na data da deliberação.

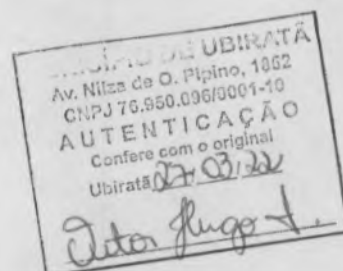
Pres. Mun. de Ubatuba
Auditoria
Controle Interno

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto nesta cláusula, considera-se justa causa para exclusão de sócio (I) abertura de processo recursal, falência, concordata ou sob qualquer forma caracterizada de insolvência, (II) violação de cláusula contratual, (III) concorrência desleal, (IV) uso indevido da denominação social, (V) não integralização da própria participação no capital social, (VI) a declaração de incapacidade, (VII) geração de grave desinteligência entre os sócios, de modo especial aqueles que impedem o exercício de atividade mercantil.

CLAUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. Declara a administradora que não está impedida por Lei especial de exercer a administração da Sociedade, nem condenada a pena que vede temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA. Este contrato social rege-se pelas disposições relativas às "Sociedades Limitadas" do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2.002, artigos 1.052 a 1.087) e, subsidiariamente, no que for aplicável pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1.976 e suas posteriores alterações.

Parágrafo único. As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba - Paraná, para dirimir quaisquer litígios entre as partes que venham a ocorrer em decorrência do presente contrato.



CONTRATO SOCIAL

8

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 01 (uma) via obrigando a cumpri-lo por sim e por seu herdeiros.

Curitiba, 02 de Março de 2020

SERVIÇO DISTITAL DO
CAMPO COMPRIDO
CURITIBA - PARANÁ

LOURENCO ANDREATTA OLIVEIRA

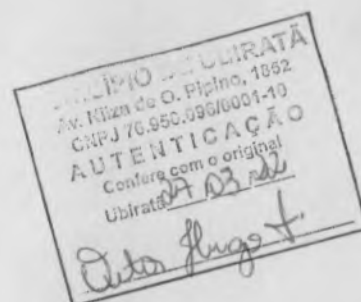
SERVIÇO DISTITAL DO
CAMPO COMPRIDO
CURITIBA - PARANÁ

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS

SERVIÇO DISTITAL DO
CAMPO COMPRIDO
CURITIBA - PARANÁ

RUIVAR BARBOZA DOS REIS

Pref. Mun. de Ubiratã
Auditado!!
Controle Interno



000 32

SERVIÇO DISTRITAL DO CAMPO COMPRODO

Reconheço por VERDADEIRA a(s) assinatura(s) de

[0254173] - LOURENÇO ANDREATA OLIVEIRA

[0029537] - RUDIMAR BARBOSA DOS REIS

[0237718] - RUTHAR BARBOZA DOS REIS

Curitiba-PR, 05 de Março de 2020

Em test. da verdade

ROBSON LUIS FERREIRA RIBEIRO - ESCRIVENTE

Selo: sf6A2 MQbNk 8VosH HwHx5 coqPd

Consulte em <http://funarpen.com.br>

41 3372 22 0

Curitiba-PR

Pref. Mun. de Ubiratã
Auditoria
Controle Interno

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
Av. Nilza de O. Pipino, 1852
CNPJ 76.950.096/0001-10
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original
Ubiratã 07/03/2020
Dito Augusto

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/03/2020 11:09 SOB N° 41209311979.
PROTOCOLO: 201393476 DE 12/03/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12001178920. NIRE: 41209311979.
INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 13/03/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

000 336

O TERRITÓRIO NACIONAL
1860691104

VALIDA

1860691104

NOME
RUDIMAR BARBOSA DOS REIS

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
4086763-5 SESP PR

CPF DATA NASCIMENTO
574.460.249-68 14/07/1966

FILIAÇÃO
RUBIM FORTES DOS REIS

MARIA CANDIDA BARBOSA
DOS REIS

PERMISSÃO ACC. CAT. HAB. B

Nº REGISTRO
00383105436

VALIDADE
10/04/2024

1ª HABILITAÇÃO
23/08/1984

SERVIÇO DISTRITAL
DO CAMPO COMPRIDO

Sua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza
Nº 3901 - Loja 1015
CEP: 81.280.330 - Curitiba/PR

30 ABR 2020 Paraná

FLÁVIA ANDRÉIA DA SILVA, ESCREVENTE
A PRESENTE FOTOCOPIA E REPRODUÇÃO
FIEL DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESSE CARTÃO, NESTA DATA

Tabulação de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FSE35361

Prof. Mun. de Ubiratã
Auditado!!
Controle Interno

ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
CURITIBA, PR

DATA EMISSÃO
10/04/2019

34780558470
PR916146753

ASSINATURA DO EMISSOR

PARANÁ

MUNICÍPIO DE UBRATÃ
Av. Nilza de O. Pipino, 1252
CNPJ 76.950.090/0001-10
AUTENTICAÇÃO
Conferir com o original
Ubiratã 27/03/2022
Dito Hugo F.

- 000 34

Pref. Mun. de Ubiratã
Auditoria
Controle Interno

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

NOME
RUIVAR BARBOZA DOS REIS

DOC. IDENTIDADE / CRL. EMISSOR / UF
4419244-0 RESP PR

CPF
815.706.009-53

DATA NASCIMENTO
17/01/1970

FILIAÇÃO
RUBIM FORTES DOS REIS
MARIA CANDIDA BARBOZA DOS REIS

PERMISSÃO
ACE
CAT. HAB
Curitiba

Nº REGISTRO
02787824070

VALIDADE
12/07/2024

1ª HABILITAÇÃO
25/01/1988

OBSERVAÇÕES

LOCAL
CURITIBA, PR

DATA EMISSÃO
12/07/2019

ASSINATURA DO TITULAR

ASSINATURA DO EMISSOR

82410961922
PR916492344

PARANÁ

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1888154263

PROIBIDO PLASTIFICAR
1888154263

SERVIÇO DISTRICTAL
DO CAMPO COMPRIDO
Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza
Nº 3901 - Lota 1015
CEP: 81.280.330 - Curitiba/PR

30 APR 2020 Paraná

FLÁVIA ANDRÉIA SILVA ESCRIVENTE
APRESENTE E CONFISSOR REPRODUZIR
FIEL DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESSA CARTÃO, NESTA DATA

Tabellone de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia

FSE35360

MUNICÍPIO DE UBRATÃ
Av. Nilza de O. Pipino, 1892
CNPJ 76.950.093/0001-10
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original
Ubiratã 27/03/2024
Autor Hugo d.

000 35

Prof. Mun. de Ubiratã
Auditado!!
Controle interno

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

LORENZO ANDREAZZA OLIVEIRA

DOC. SUPLENTE / OUT. SUPLENTE / UF
77048217 SP PR

CPF: 014.710.999-02 26/03/1979

CARLOS LAZAROTTO DE OLIVEIRA
ALICE ROSA ANDREAZZA DE OLIVEIRA

CPF: 80379489970 28/08/2013 28/10/1993

PRIMEIRO PLUSTIFICAR 1579459970

LOCAL: PONTA GROSSA, PR DATA: 28/01/2018

PARANÁ

SERVIÇO DISTRITAL
DO CAMPO COMPRIDO
Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza
Nº 3901 - Loja 1015
CEP: 81.280.330 - Curitiba/PR

Curitiba, 30 ABR 2020 Paraná

LAVIA ANDREIA DA SILVA, ESCRIVENTE
APRESENTE FOTOCÓPIA E REPRODUÇÃO
FIEL DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESSE CANTÃO, NESTA DATA.

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FSE35363

MUNICÍPIO DE UBRATÃ
Av. Nilza de O. Pipino, 1160
CNPJ 76.950.036/0001-10
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original
Ubiratã 27/03/22
D. S. S. S.

000036
1918**Assunto:** SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO - REQUISIÇÃO 169/2022**De:** Licitação <licitacao@ubirata.pr.gov.br>**Data:** 27/04/2022 08:59**Para:** assessoriajuridica@ubirata.pr.gov.br

Prezado, Bom dia!

Solicitamos a emissão de parecer jurídico referente a minuta do termo de inexigibilidade em anexo, conforme solicitação da Secretaria de Obras.

--

ATT

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
(44)3543-8019
MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prof. Mun. de Ubiratã
Auditado Interno
Controle Interno

—Anexos:—

TERMO INSCRIÇÃO DE DOIS SERVIDORES NO CURSO PLANO DIRETOR.docx	49,4KB
Requisição de licitação 169.pdf	2,7MB

000037

298

Assunto: Re: SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO - REQUISIÇÃO 169/2022

De: assessoriajuridica@ubirata.pr.gov.br

Data: 04/05/2022 10:48

Para: Licitação <licitacao@ubirata.pr.gov.br>

Prezada,

Segue anexo parecer jurídico.

Atenciosamente

Carlos Daniel Sobierai Machado

Assessor Jurídico

OAB/PR 65.323

Em 2022-04-27 08:59, Licitação escreveu:

Prezado, Bom dia!

Solicitamos a emissão de parecer jurídico referente a minuta do termo de inexigibilidade em anexo, conforme solicitação da Secretaria de Obras.

Pref. Mun. de Ubiratã
Auditado!!
Controle Interno

—Anexos:—

Parecer Jurídico - Inexigibilidade art. 25 II treinamento e aperf. 169-2022.pdf

268KB



Pref. Mun. de Ubatuba
Auditoria
Controle Interno

PARECER JURÍDICO

Ao Departamento de Licitações

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 169/2022

OBJETO: Contratação de empresa para ministrar o curso com temática plano diretor – ONLINE 100% AO VIVO

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, na qual requer análise jurídica da legalidade do Processo de Licitação em epígrafe, bem como a análise da minuta do termo de inexigibilidade e modalidade do processo licitatório referente à inscrição de curso online com temática plano diretor – online 100% ao vivo.

Anexo a requisição, encontra-se a justificativa apresentada pela Sra. Secretária nos seguintes termos:

“Considerando que para a capacitação profissional de servidores, visto a necessidade em manter a secretaria atualizada sobre instruções normativas sobre o desenvolvimento de Planos Diretores, desta forma, a contratação solicitada tem a finalidade de manter o bom funcionamento da secretaria a demanda de trabalhos para evitar problemas futuros”

Foi informada a dotação orçamentária correspondente, a previsão dos recursos financeiros para o custeio da despesa foi confirmada pela Secretaria responsável e a continuidade do processo foi autorizada pelo Prefeito.

É o sucinto o relatório.

Consoante estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, bem como o art. 2º da Lei nº 8.666/93, as obras, serviços, compras, alienações, permissões e locações da Administração serão, em regra, precedidas de licitação.

O administrativista Hely Lopes Meirelles preleciona que *“a Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse”* (Direito Administrativo Brasileiro, 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 287).



Em síntese, a licitação é a regra para a Administração Pública, entretanto a própria Lei nº 8.666/93 apresenta as exceções.

A lei de licitações, como ressalva à obrigação de licitar, estabelece hipóteses de contratação direta por meio de processos de dispensa e inexigibilidade.

Os processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, embora não exijam o cumprimento de etapas formais próprias num processo de licitação, devem obediência aos princípios básicos que norteiam a atuação da Administração Pública, dentre os quais se tem a legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade.

Inexigibilidade de licitação traduz a possibilidade de que a Administração celebre um contrato diretamente, sem o processo de licitação.

As hipóteses de inexigibilidade são trazidas pela Lei nº 8.666/93 em seu artigo 25, em um rol exemplificativo.

Importa esclarecer que a licitação é inexigível quando ocorre, no caso concreto, circunstâncias especiais, de fato ou de direito, dispostas na lei, que se revelem inviabilizadoras de competição.

No mérito, há primeiramente que se analisar o que a legislação em vigor traz sobre o expediente proposto. Verificaremos a fundamentação exposta no inciso II, do artigo 25, da Lei nº 8.666/93.

Desta feita, inicialmente no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, vejamos:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição [...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Já o mencionado art. 13 assim prevê:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:
(...)

Pref. Mun. de Ubatuba
Auditoria Interna
Controle Interno

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Ciente de tal mandamento, analisaremos pormenorizadamente todas as condições da Lei nº 8.666/93 para a inexigibilidade requerida.

O *caput* do artigo 25 nos diz que é inexigível a licitação quando houver incapacidade de competição, sendo complementado, neste caso, por seu inciso segundo.

O inciso II em conjunto com o artigo 13 diz que será inexigível para contratação de serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Todavia, há a exigência de que o serviço prestado seja de natureza singular e com profissionais ou empresa de notória especialização.

Em relação à natureza singular do objeto, não temos conhecimento técnico para aferir este requisito, todavia, deve ficar demonstrado no processo.

Ainda, nos termos do art. 26, parágrafo único, incisos II e III:

Art. 26. (...)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

Com relação à justificação do preço, trata-se de um dever imposto ao Administrador, que tem por finalidade confirmar a razoabilidade do valor da contratação conferindo por consequência, probidade de moralidade ao ajuste.

A razoabilidade da proposta poderá ser avaliada mediante comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outros entes públicos e/ou provados, sem afastar, todavia, outros meios idôneos aptos a atender tal finalidade.

Assim, foram juntados documentos de contratação com o município de Araçatuba e Curitiba, todavia foge a esfera deste profissional a análise da metodologia do valor, cabendo a área técnica tal responsabilidade.

Pref. Mun. de Ubatuba
Auditoria
Controle Interno



Contudo, diante da hipótese que nos foi apresentada, verifica-se amoldar no quesito de inexigibilidade. Assim sob a possibilidade de contratação, nota-se que a inexigibilidade no presente caso, decorre da singularidade do objeto a contratar.

Alertamos sob a necessidade de que sejam atendidas as condições elencadas no art. 26 da Lei 8.666/93.

Com relação à minuta do termo de inexigibilidade trazido à colação para análise, tem-se que o mesmo está de acordo com os dispositivos legais pertinentes, razão pela qual não há óbice ao prosseguimento do procedimento. Contudo, deve o setor competente providenciar a elaboração de minuta de contrato, o qual não consta no presente feito.

Por todo o exposto, entende esta Assessoria Jurídica que, cumpridos os requisitos legais, nos manifestamos pela possibilidade da contratação por meio de inexigibilidade de licitação.

Ressalta-se, ainda, que os critérios e a análise de mérito constituem análise técnica da Secretaria solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, pelo o presente parecer cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

É o parecer.

Ubatuba, 04 de maio de 2022.

Carlos Daniel Sobierai Machado
Assessor Jurídico
OAB/PR 65.323

Pres. Mun. de Ubatuba
Auditoria Interna
Controladoria

UBIRATÃ

PREFEITURA



000 42

PORTARIA Nº 8, DE 4 DE JANEIRO DE 2022

Constitui Comissão Permanente de
Licitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão Permanente de Licitação, com a finalidade de promover licitações através das modalidades previstas pela Lei Federal nº 8.666, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito do Município de Ubiratã, no período de 04/01/2022 a 31/12/2022:

Gabinete

Geraldo José dos Santos
Robson Alexandre da Silva

José Soares de Brito

Maikon Cesar da Rocha Hoshi
Sullivan José Mohanna Rocha

Secretaria da Administração

Maria Inês Bento
Félix Tibúrcio de Almeida

Secretaria das Finanças e Planejamento

Rita Soares Neta Figueiredo
Valdinei da Silva
Zuleide Higute dos Reis Silva

Secretaria da Assistência Social

Claudineia de Souza Lazaretti
Ellen Thais da Silva
Juliana dos Santos Ribeiro
Nadir Aparecida Braciforte Carvalho
Orlando dos Santos Filho
Valdete Izidro de Lima Santos

Secretaria de Obras

Guilherme Santa Rosa
Vitor Hugo Tibúrcio de Almeida

Secretaria de Desenv. Econômico

Laércio França de Oliveira
Reynaldo Borges Reis Neto
Terezinha Bento

Secretaria da Saúde

Adriano Jesualdo
Orlando Francisco Vieira Filho
Rozelena Fátima Vieira

Secretaria da Educação e Cultura

Andrea Márcia de Souza
Andréia Brunieri da Silva
Jacó Carvalho

Secretaria de S. Urbanos e Pavimentação

Adriana Cândida Sluzovski
João Martos Moreno
José Antônio Torres
Ronaldo Felipe Maciel

Secretaria do Esporte e Lazer

Secretaria de Viação e Serviços Rurais

Luiz Antônio Marafon
Odílio Camargo Alves

Parágrafo único. Os servidores designados poderão atuar como Presidente, membro ou secretário da Comissão.

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

Prof. Mun. de Ubiratã
Auditoria
Controle Interno

UBIRATÃ

PREFEITURA



Art. 2º Dentre os servidores designados no artigo anterior, de acordo com a Secretaria requisitante e o objeto de cada Processo Licitatório, será composta uma Comissão, contendo um Presidente e dois membros, dentre os quais um será designado como secretário para o certame.

Art. 3º Compete a Comissão Permanente de Licitação:

I - a análise e julgamento de licitações nas modalidades previstas pela Lei Federal nº 8.666/1993, bem como assinar avisos, editais, atas, pareceres, relatórios e deliberações;

II - conduzir a sessão pública; receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e seus anexos; verificar e julgar as condições de habilitação; verificar a conformidade das propostas em relação aos requisitos estabelecidos no edital; encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade competente;

III - exercer os trabalhos conforme as disposições constantes na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pref. Mun. de Ubiratã
Avaliado!!
Controle Interno

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – PR

O presente ato foi publicado no Jornal oficial Eletrônico do Município de Ubiratã, Edição nº 1494, do dia 04/01/22, e está disponível no site www.ubirata.pr.gov.br, menu Jornal Oficial Online.

Secretaria da Administração
Divisão de Legislação

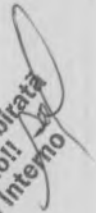
FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº XX/2022****1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: XXXX/2022.****2. OBJETO:** Inscrição dois servidores no curso com temática Plano Diretor – Online 100 % ao vivo.**3. FUNDAMENTO LEGAL:** A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no Art. 25, inciso II Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.**4. FORNECEDOR:** INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.665.632/0001-11, com sede à Rua Lourenço Pinto, nº 196, Conjunto 301, Andar 03, Condomínio Edifício Centro do Contabilista CEP: 80.010-160 – Município Curitiba, Estado do Paraná.**5. VALOR:** R\$ 3.380,00 (Três Mil Trezentos e Oitenta Reais).**6. DATA DA RATIFICAÇÃO:** XX/XX/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2022.


Pref. Mun. de Ubiratã
Assinado!!
Com. de Interno**FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**

Prefeito de Ubiratã

UBIRATÃ

PREFEITURA



Pref. Mun. de Ubiratã
Fls. 01/01
Control Interno

MEMORANDO Nº 01

De: Secretaria da Administração

Para: Controladoria Geral Municipal

Segue a requisição de licitação nº. 169/2022, cuja finalidade é Contratação de empresa para ministrar o Curso com temática Plano Diretor - Online 100 % ao vivo, fls. 01 a 44, para a emissão de parecer.

Recebido em: 04 / 05 / 22

Delange

as 15:16

CHECK-LIST - DISPENSA DE LICITAÇÃO EM FUNÇÃO DO VALOR

Contratação direta - Art. 25 da Lei nº 8.666/1993

Requisição/Processo nº:	Requisição nº 169/2022
Objeto da contratação:	Contratação de empresa para ministrar o curso com temática plano diretor – online 100%
Órgão:	Secretaria de Obras
Fornecedor:	INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL CNPJ: 36665632/0001-11
Valor do Contrato	R\$ 3.380,00

Nr.	DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	S, N, NA	Página	(nota)
01	O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão e visto do responsável? Art 38, caput, Lei nº 8.666/93	S	001 a 44	
02	Consta termo de referência ou projeto básico, descrevendo as características do produto, forma de fornecimento, valor estimado, objetivo e justificativa da contratação? Art. 7º, 14º, 15º § 7º da Lei nº 8.666/93	S	02 e 03	
03	Consta pesquisa de mercado (cotação de preço) destinada a estimar o valor do bem ou serviço, indicando a fonte e/ou metodologia utilizada? Art 7º, § 2º, II c/c inc. V, art. 15, Lei nº 8.666/93 e alterações	S	06,7	
04	Consta proposta da empresa a ser contratada com os valores propostos?	S	05	
05	Mapa (planilha) comparativo dos preços, quando for o caso?	na		
06	Consta Requisição de compras/serviços, assinado pelo ordenador da despesa?	S	001	
07	Os recursos orçamentários previstos na requisição de compras/serviços estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação? Art 7º, § 2º c/c art 14, Lei nº 8.666/93	S	004	
08	Consta declaração de inexigibilidade? Art. 25, Lei nº 8.666/93	S	15	
09	Consta a razão para a escolha do fornecedor? Art. 26, II e III Lei nº 8.666/93	S	15	
10	Consta a minuta do termo de contrato, nos casos em que resultem obrigações futuras? Art 38, inc. X, Lei nº 8.666/93	S	44	
11	Consta documentação relativa à qualificação técnica, quando for o caso? Art 30, Lei nº 8.666/93	S	13	
12	Foi indicado o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado?	S	002	
13	Documentação relativa à habilitação jurídica, quando for o caso - Art 28 art. 28, 29 e 31, Lei nº 8.666/93 e alterações. Documentação de habilitação jurídica. e devem ser Autenticados (pode ser por servidor efetivo) IN-AS 002/2020	Contrato social	S	24 a 32
		Doc. dos responsáveis	S	33 a 35
		Procurações	-	
14	Documentos de regularidade fiscal e trabalhista (certidões negativas) (Lei nº 8.666/93,)	Municipal	S	17
		Estadual	S	18
		Federal	S	19
		FGTS	S	16
		Trabalhista	S	20
		CNPJ	S	21
15	Declaração de nepotismo	S	23	
16	Declaração do cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal (proibição de trabalho infantil).	S	22	
17	Costa parecer jurídico	S	38 a 41	
18	Consta declaração do ordenador da despesa	S	14	

Ubatã – PR, 06 de maio 2022.

Responsável pelo preenchimento
Cargo/função

MANIFESTAÇÃO Nº - 54/2022	
Processo/Requisição:	169/2022
Finalidade:	Curso - com temática plano diretor – online 100%
Base Legal	Lei nº 8.666/93
Requisitante:	Secretaria de Obras
Modo de contratação	Inexigibilidade Art. 25
Contratada	Instituto Habita do Brasil Treinamento Empresarial Ltda – CNPJ: 36665632/001-11

Trata-se de análise concomitante efetuado por este setor de Controle Interno no dia 06/06/2022 encaminhado pela divisão de licitação para análise da requisição de licitação nº 169/2022, por **Inexigibilidade de licitação**, referente a contratação da empresa **Instituto Habita do Brasil Treinamento Empresarial Ltda – CNPJ: 36665632/001-11**, objeto, **“Contratação de empresa para ministrar o curso com temática plano diretor – online 100%”**. Para servidores municipais.

Por se tratar, de realização de despesas, resta configurado a competência da Divisão de Controle interno para análise dos documentos e emissão da presente manifestação, que após análise e aplicação de *checklist* faz necessários os seguintes apontamentos:

1. Ausência de declaração de ciência do fiscal responsável pelo contrato;

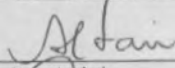
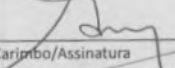
Ressalva-se que a presente manifestação foi baseada unicamente em documentos apresentados junto ao processo enviados pela secretaria solicitante, ficando presumida a autenticidade dos documentos bem como legitimidade das informações assim como das assinaturas.

Diante do exposto, este órgão de Controle Interno, **recomenda que seja anexada ao processo a declaração de ciência do fiscal responsável pelo contrato, após correção desse apontamento, concluímos pela admissibilidade da presente contratação.**

É a manifestação!

Ubiratã-PR, 06 de maio de 2022.

José Paulo Sampaio de Souza
Chefe de Divisão do Controle Interno
Auditoria Governamental e Transparência

Recebido em	11/5/22
	
	Nome Legível
	
	Carimbo/Assinatura

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

REQUISIÇÃO Nº 169/2022

PORTARIA Nº 05/2022

OBJETO: Contratação de empresa para ministrar o curso com temática Plano Diretor – Online 100 % ao vivo.

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Declaro que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse processo e essa portaria, acompanhando a sua execução e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposições legais que regulam a matéria.

SECRETARIA: Secretaria de Obras

SERVIDOR: Larissa Barreto Coginotti

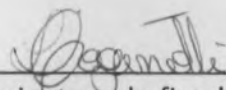
CARGO/ FUNÇÃO: Assessora IV

SETOR DE LOTAÇÃO: Secretaria de Obras

FONE DE CONTATO: (44) 3543-8022

E-MAIL: obras@ubirata.pr.gov.br

Ubiratã, 11 de Maio de 2022



Assinatura do fiscal do contrato

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 36.665.632/0001-11

Razão Social: INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA

Endereço: R LOURENCO PINTO 196 CONJ 301 / CENTRO / CURITIBA / PR / 80010-160

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/04/2022 a 28/05/2022

Certificação Número: 2022042902324215251520

Informação obtida em 13/05/2022 10:22:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2022****1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5650/2022.**

2. OBJETO: Inscrição de dois servidores no curso com temática Plano Diretor – Online 100 % ao vivo.

3. FUNDAMENTO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no Art. 25, inciso II Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR: INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.665.632/0001-11, com sede à Rua Lourenço Pinto, nº 196, Conjunto 301, Andar 03, Condomínio Edifício Centro do Contabilista CEP: 80.010-160 – Município Curitiba, Estado do Paraná.

5. VALOR: R\$ 3.380,00 (Três Mil Trezentos e Oitenta Reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 13/05/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 13 de maio de 2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

000051

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEXTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 2022

EDIÇÃO SEMANAL Nº 1.560- ANO: XVII

www.ubirata.pr.gov.br

PROCESSOS LICITATÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5644/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2022

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP/COOP, NOS TERMOS DO ART. 48, I DA LC Nº 123/06.

O Município de Ubatuba torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, visando a AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, DE MATERIAIS DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGENS PARA SUPRIR A DEMANDA DO RESTAURANTE POPULAR.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 08h30min do dia 27 de maio de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 08h30min do dia 27 de maio de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e no <https://www.gov.br/compras/pt-br/> a partir de 13 de maio de 2022.

Ubatuba, Paraná 12 de maio de 2022.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5645/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2022

O Município de Ubatuba torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DO DISTRITO DE YOLANDA.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 10h do dia 26 de Maio de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 10h do dia 26 de Maio de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br a partir de 13 de Maio de 2022.

Ubatuba, Paraná, 12 de Maio de 2022.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5646/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

O Município de Ubatuba torna público que se encontra aberto processo licitatório na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço, Empreitada por Preço Global, visando a IMPLANTAÇÃO DO NOVO ATERRO SANITÁRIO.

Data da realização: 31 de maio de 2022, às 08h30min.

Local de Abertura: Sala de Licitações, localizada no 1º andar do Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.ubirata.pr.gov.br, na aba Processos Licitatórios.

Ubatuba, Paraná, 12 de maio de 2022.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2022

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5650/2022.

2. OBJETO: Inscrição de dois servidores no curso com temática Plano Diretor – Online 100 % ao vivo.

3. FUNDAMENTO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no Art. 25, inciso II Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR: INSTITUTO HABITA DO BRASIL TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.665.632/0001-11, com sede à Rua Lourenço Pinto, nº 196, Conjunto 301, Andar 03, Condomínio Edifício Centro do Contabilista CEP: 80.010-160 – Município Curitiba, Estado do Paraná.

5. VALOR: R\$ 3.380,00 (Três Mil Trezentos e Oitenta Reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 13/05/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 13 de maio de 2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5610/2022.

2. MODALIDADE Nº: 47/2022

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de móveis planejados para a Escola Municipal Porto dos Santos e Escola Municipal Dr. Gentil Toledo de Moraes.

4. FORNECEDOR (A): MR DENARDI DOS SANTOS & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.918.644/0001-51, situada na Avenida dos Pioneiros, 991, na cidade de Ubatuba, Estado Paraná.

4.1 VALOR: R\$-16.950,00 (dezesseis mil novecentos e cinquenta reais).

5. FORNECEDOR (A): MÓVEIS INDUSTRIAL CAMILI EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 26.562.781/0001-00, situada na Avenida Brigadeiro Osvaldo Pamplona Pinto, 799, na cidade de Francisco Alves, Estado Paraná.

5.1 VALOR: R\$-14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

6. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 11/05/2022.

7. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 11/05/2022.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online.

[Início](#)